

Era a única saída, diz Barreto

Da sucursal do
RIO

O presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, Ruy Barreto, afirmou ontem que as dificuldades de exportar e os limites a que chegaram, no Brasil, as restrições às importações demonstram que entramos "num beco sem saída", ao comentar as decisões tomadas pelo Conselho Monetário Nacional. Manifestou, ainda, a esperança de que essas medidas tenham um prazo fixo de duração, e não se prolonguem por muito tempo, "pois têm efeito de recessão, de desemprego e, sobretudo, comprometem o desenvolvimento", embora as considerasse, na atual conjuntura, "inevitáveis".

"Todos lamentamos que tivéssemos chegado ao ponto de recorrermos àquelas soluções, e acreditamos que o próprio governo também lamenta, mas não há dúvida de que era a única saída. Agora, estamos convencidos, igualmente, de que elas precisam ter seu tempo de vida limitado, porque o país não pode parar, a não ser por um pequeno período, a fim de promover um reexame de sua posição neste quadro geral de dificuldades." Depois de admitir que sobre a classe empresarial recairá o ônus maior do reajuste da política econômica brasileira, "porque todo e qualquer corte afeta, sempre, diretamente, a iniciativa privada", Ruy Barreto lembrou que os empresários, "mesmo pecando por não terem sabido pressionar o governo para que ele tomasse algumas medidas que julgávamos necessárias", ofereceram "alternativas que, se adotadas, na época, teriam minimizado os efeitos da crise atual.

"É certo que não conseguimos, também, chegar a um consenso sobre que tipo de política o governo deveria adotar, considerando uns que a melhor saída era uma política ofensiva, enquanto outros se apegavam à idéia de uma política defensiva. Mesmo assim, para citar um exemplo, prevíramos, há quatro anos, todas estas dificuldades no campo energético. Apresentamos um plano de emergência ao governo, elaborado por nosso Conselho Permanente de Energia, que só agora foi aceito."

Garantiu que "se outras propostas tivessem sido acolhidas pelas autoridades, ao longo do tempo em que foram sendo apresentadas, não estaria o País envolvido em tantos problemas. Espera-

mos que, desta provação, se fortaleça, no País, pelo menos, a consciência da necessidade de adotarmos algumas daquelas propostas".

Defensor de uma política ofensiva, com vistas à conquista do mercado internacional, o presidente da CACB disse ser necessário "estabelecermos uma política em que se procure fixar quais os produtos que nos darão vantagens comparativas em volume potencial e quais os mercados que queremos atacar. E, mais, temos de fazer, para cada produto e para cada mercado, uma política específica. Tudo, evidentemente, sob uma política centralizada, com comando" — observou, explicando, em seguida, que não estava defendendo a criação de um Ministério Especial para o Comércio Exterior.

DECISÃO ELOGIADA

A decisão do governo de adotar medidas voluntárias de rígido controle para o reajustamento da economia do País foi elogiada pelo diretor executivo do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IB-MEC), Roberto Castelo Branco, por entender que "só assim nos adequamos ao crescimento da oferta de crédito internacional, que este ano deverá crescer 10%".

No entanto, criticou o controle quantitativo das importações brasileiras, aprovado pelo Conselho Monetário Nacional, sob o argumento de que a redução estimada da ordem de US\$ 6 bilhões em 1983 poderá agravar formas recessivas internamente. Na sua opinião, o mais acertado seria um programa específico de promoção das exportações para substituição progressiva das importações, "prática que suavizaria o impacto recessivo de ajuste macroeconómico".

Mesmo assim Castelo Branco, também assessor econômico da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (Anbid), considerou fundamental o fato de as autoridades governamentais adotarem reajustes voluntários, pois isso impediria a repetição de casos como o da Costa Rica. Segundo explicou, aquele país da América Central, apesar da sua estabilidade política e econômica nos últimos 20 anos, "hoje passa por recessão profunda, de elevado nível de inadimplência, pelo fato de em 1980 não adotar voluntariamente uma política de reajustamento, optando pela tentativa de renegociar sua dívida externa junto aos bancos, e, também, não quis ajustar-se às condições ditadas pelo Fundo Monetário Internacional".